

Brasília perde o ritmo

SÉRGIO KOFFES

JORNAL DE BRASÍLIA

Trabalhadores e empresários de Brasília não partilham do mesmo otimismo registrado em outras capitais do País quanto à retomada dos negócios e da oferta de emprego. Pelas peculiaridades próprias, o Distrito Federal sente mais do que qualquer outra unidade federativa os efeitos do arrocho salarial imposto aos trabalhadores e, em especial, aos servidores públicos. Nem o alongamento dos prazos do crediário serve para reativar as vendas do comércio, com impacto direto sobre os demais setores da economia do DF. Em razão da falta de perspectiva de recomposição salarial, os trabalhadores fogem, até de forma sensata, do endividamento com os elevados juros do mercado.

O Conselho Monetário Nacional teve o mérito de reconhecer em parte as dificuldades financeiras dos trabalhadores, ao permitir que os fundos de pensão dobrem os empréstimos aos seus participantes. A medida beneficia apenas os empregados das grandes empresas estatais e privadas que contam com fundos de pensão. Mas vale o reconhecimento do CMN, integrado pelos ministros da Fazenda e do Planejamento e pelo presidente do Banco Central, de que os trabalhadores precisam de empréstimos mais favorecidos para sobreviver e honrar compromissos antigos.

Como a média salarial na administração direta federal e nas demais empregadoras é inferior à praticada nas estatais, cabe às autoridades econômicas adotar providências

complementares. Em sã consciência, nada justifica o congelamento por um ano e meio dos vencimentos de todos os servidores públicos. O próprio Governo sabe que a grande maioria de seus servidores ganha muito mal, porém, protela o reajuste dos vencimentos, até de forma desumana.

O Governo usa o seu poder de grande empregador para frustrar as greves e dobrar as reações dos servidores. Mas a má remuneração e a



conseqüente deterioração das relações trabalhistas prejudicam ainda mais a qualidade dos serviços prestados à população por servidores insatisfeitos. No final da linha, os maus serviços afetam a imagem do próprio Governo perante a sociedade.

Em Brasília, a população paga preço ainda maior pela falta de sensibilidade do Governo. O setor público responde por 21,23% do mer-

cado de trabalho e o empobrecimento dos servidores pesa muito mais na retração da atividade econômica local do que em qualquer outra região. Por isso, é incompreensível que o Governo negue reposição dos vencimentos dos seus servidores e despeje dezenas de bilhões de reais para a capitalização do Banco do Brasil e a cobertura de rombos de bancos privados.

As impressões otimistas do empresariado paulista não podem ofuscar a realidade nacional. A grande maioria dos empresários e trabalhadores espera medidas efetivas de combate aos altos juros e ao desemprego, como a redução do recolhimento compulsório sobre os depósitos bancários - transformado em mera fonte de recursos para a cobertura do rombo dos próprios bancos - e da carga tributária. Do contrário, a inadimplência continuará elevada na economia, com níveis recordes de falências e concordatas de empresas e prejuízo para todos: Governo, banqueiros, empresários e trabalhadores.

Portanto, o Conselho Monetário Nacional perdeu nova oportunidade de mostrar que está sintonizado não apenas com os anseios do setor produtivo, mas também com as preocupações do próprio presidente Fernando Henrique Cardoso em relação "aos juros escorchantes" que inibem a atividade econômica. O comércio de Brasília faz o que pode, ao cortar margens de lucro e preservar empregos, porém, continua a cobrar mais ações positivas do Governo e dos banqueiros.

Sérgio Koffes é presidente da Federação do Comércio do Distrito Federal